



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES

CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

TIPO 1 – BRANCA

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas e uma questão discursiva.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com cinco opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.




Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
 - A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
 - Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.
-  Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.
- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
 - Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
 - Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO: CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 01

Determinada prefeitura instituiu programa de Orçamento Participativo (OP), com realização de assembleias territoriais, eleição de representantes comunitários e priorização de demandas para inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA). O regulamento municipal prevê etapas de mobilização social, definição de critérios técnicos de viabilidade, consolidação das propostas e acompanhamento da execução das ações aprovadas. Durante o processo, a secretaria de planejamento destacou a necessidade de compatibilizar as demandas populares com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as metas fiscais e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Considerando os fundamentos do orçamento participativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. O orçamento participativo constitui instrumento de ampliação da democracia participativa, permitindo que cidadãos influenciem a definição de prioridades na alocação de recursos públicos.
- II. As propostas oriundas do orçamento participativo devem observar a compatibilidade com o PPA, a LDO e as normas de responsabilidade fiscal.
- III. A implementação do orçamento participativo fortalece a transparência e a *accountability* ao ampliar o controle social sobre o planejamento e a execução orçamentária.
- IV. A participação popular no orçamento não dispensa a análise técnica de viabilidade jurídica, financeira e administrativa das propostas apresentadas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 02

Determinado município instituiu, por meio de decreto regulamentar, um Sistema Municipal de Transparência e Participação Social, com o objetivo de fortalecer o controle social sobre a execução das políticas públicas. Entre as medidas adotadas, estão: disponibilização de dados orçamentários em portal eletrônico com linguagem cidadã; realização de audiências públicas periódicas para prestação de contas; funcionamento regular dos conselhos municipais de políticas públicas; e criação de ouvidoria com prazo normativo para resposta às manifestações dos cidadãos. Após um ano de implementação, a Controladoria Interna constatou baixa participação popular nas audiências públicas e reduzido número de manifestações na ouvidoria. Considerando esse cenário hipotético, assinale a medida mais adequada e coerente com os fundamentos constitucionais do controle social e da cidadania, a fim de ampliar a efetividade da participação popular.

- A) Tornar facultativa a divulgação de dados orçamentários detalhados, priorizando relatórios sintéticos para evitar interpretações equivocadas por parte da população.
- B) Condicionar a participação nas audiências públicas à prévia habilitação técnica dos cidadãos interessados, a fim de qualificar o debate e assegurar decisões mais eficientes.
- C) Substituir as audiências públicas por consultas restritas a representantes previamente indicados pelo Poder Executivo, com o objetivo de agilizar a tomada de decisões administrativas.
- D) Transferir a responsabilidade de fiscalização das políticas públicas aos órgãos de controle interno e externo para substituir as audiências públicas, assegurando maior tecnicidade e imparcialidade.
- E) Ampliar as estratégias de educação para a cidadania, promover campanhas de divulgação acessível dos mecanismos participativos e garantir linguagem clara nas informações públicas, fortalecendo a transparência ativa e o engajamento social.



Questão 03

A evolução da Administração Pública moderna é frequentemente analisada a partir da transição do modelo racional-legal, associado à burocracia weberiana, para abordagens pós-burocráticas, vinculadas à Nova Gestão Pública (*New Public Management*) e à governança pública. Considerando os fundamentos teóricos desses modelos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O modelo racional-legal fundamenta-se na autoridade baseada em normas formais, hierarquia estruturada, divisão do trabalho e impessoalidade na atuação administrativa.
- II. O paradigma pós-burocrático elimina a necessidade de regras formais e controles institucionais, substituindo-os integralmente por mecanismos informais de coordenação.
- III. O paradigma pós-burocrático enfatiza resultados, desempenho, descentralização gerencial, responsabilização (*accountability*) e foco no cidadão como usuário dos serviços públicos.
- IV. A transição do modelo burocrático para o pós-burocrático implica abandono completo dos princípios da legalidade e da impessoalidade na Administração Pública.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.

Questão 04

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) constituem uma das formas jurídicas de qualificação de entidades privadas sem fins lucrativos para fins de cooperação com o poder público. Considerando a Lei nº 9.790/1999 e a regulamentação das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, sobre as OSCIPs, assinale a afirmativa correta.

- A) A OSCIP integra a Administração Pública indireta, submetendo-se ao regime jurídico de direito público e ao controle hierárquico do órgão supervisor.
- B) A celebração de Termo de Parceria com a OSCIP dispensa a observância dos princípios da Administração Pública, por se tratar de relação de direito privado.
- C) A OSCIP, após qualificada, pode distribuir resultados financeiros entre seus dirigentes, desde que previstos no estatuto social e vinculados ao desempenho institucional.
- D) A qualificação como OSCIP é automática para toda associação civil sem fins lucrativos que atue nas áreas sociais previstas em lei, independentemente de requerimento ao Ministério da Justiça.
- E) A qualificação como OSCIP é ato discricionário do Ministério da Justiça, concedido mediante requerimento da entidade privada sem fins lucrativos que comprove o atendimento aos requisitos legais, possibilitando a celebração de Termo de Parceria com o poder público.

Questão 05

A formulação de políticas públicas constitui etapa fundamental do ciclo de políticas, envolvendo a definição de problemas, a construção de alternativas e a tomada de decisão governamental. Considerando os principais modelos teóricos de análise da formulação de políticas públicas – modelo racional-compreensivo; incrementalismo; e modelo dos múltiplos fluxos, assinale a afirmativa correta.

- A) O modelo racional-compreensivo rejeita o uso de critérios técnicos e de análise de custos e benefícios, priorizando negociações políticas e acordos pragmáticos.
- B) O incrementalismo pressupõe decisões abrangentes e exaustivas, com levantamento completo de alternativas e análise comparativa integral de seus impactos.
- C) O modelo racional-compreensivo pressupõe decisões baseadas em análise limitada de alternativas, com ajustes graduais em relação às políticas previamente existentes.
- D) O incrementalismo defende decisões estruturadas a partir da separação entre os fluxos de problemas, soluções e política, que se conectam em momentos específicos denominados “janelas de oportunidade”.
- E) O modelo dos múltiplos fluxos sustenta que a formulação ocorre quando há convergência entre o fluxo de problemas, o fluxo de soluções e o fluxo político, permitindo que empreendedores de políticas aproveitem janelas de oportunidade.



ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Questão 06

O Sistema de Planejamento e de Orçamento Público compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos e, para tanto, utiliza de fundamentos e técnicas do que se conhece como Orçamento-Programa, cujas finalidades são, EXCETO:

- A) Gerenciar o processo de planejamento e orçamento.
- B) Formular o planejamento estratégico do ente federativo.
- C) Formular planos de desenvolvimento econômico e social.
- D) Formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- E) Promover a articulação entre os entes federativos e destes com o exterior, visando à compatibilização de normas e tarefas afins.

Questão 07

Tendo por base os fundamentos e as técnicas a serem observados quando da elaboração do Orçamento-Programa e as disposições da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que devem compor a Lei Orçamentária Anual (LOA) do ente federativo, EXCETO:

- A) Dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- B) Discriminação da receita pública por fontes e legislação respectiva.
- C) Demonstrativo da Receita e da Despesa por Categorias Econômicas.
- D) Sumário geral da despesa por funções do Governo e da receita por fontes.
- E) Demonstrativo com a devida especificação do programa anual de trabalho do Governo relativo à contratação de obras e serviços.

Questão 08

Ao analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, a fim de verificar correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno, o controlador-geral do município se defrontou com a seguinte situação relacionada à execução orçamentária e financeira: foram efetuados inúmeros cancelamentos de despesas inscritas em Restos a Pagar e os saldos disponibilizados foram reconhecidos como receitas orçamentárias do exercício em curso. Considerando a situação relatada e conhecimentos adicionais sobre estágios e execução da despesa pública e da receita pública, assinale a afirmativa correta.

- A) Os recursos financeiros oriundos do cancelamento de Restos a Pagar não devem ser reconhecidos como receita orçamentária do exercício em que foi efetuado o cancelamento.
- B) Quando da execução orçamentária e financeira, deve se atentar para o fato de o superávit financeiro do exercício anterior ser tratado como uma nova receita a ser registrada.
- C) A baixa de obrigação constituída em exercícios anteriores não restabelece o saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores, devendo ser registrada como uma nova receita orçamentária.
- D) O cancelamento de despesas de exercícios anteriores deve ser entendido como recebimento de recursos provenientes do ressarcimento ou da restituição de despesas pagas em exercícios anteriores e deve ser reconhecido como receita orçamentária do exercício em curso.
- E) A diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas não deve ser encarada como saldo financeiro e sim como nova receita orçamentária a ser registrada.

Questão 09

Quando se fala em ciclo orçamentário na Administração Pública, processo contínuo e dinâmico, é certo que existem as seguintes fases: elaboração; apreciação/aprovação; execução; e controle/avaliação do orçamento. Para tanto, são consideradas premissas a serem seguidas, EXCETO:

- A) Acompanhamento das despesas que constituem obrigações constitucionais e legais da União.
- B) Orçamento como instrumento de viabilização do planejamento do Governo e voltado para resultados.
- C) Elaboração do projeto e execução da Lei Orçamentária, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, permitindo o amplo acesso da sociedade.
- D) Avaliação da execução orçamentária com o objetivo de subsidiar a elaboração da proposta orçamentária, com base em relatórios gerenciais, conferindo racionalidade ao processo.
- E) Ênfase na análise da forma do gasto da Administração Pública, transformando o orçamento em instrumento efetivo de programação, de modo a rechaçar a implantação da avaliação das ações.

Questão 10

Tendo em vista inúmeras e diversificadas demandas de recursos públicos das secretarias municipais, frente à determinação do chefe do Poder Executivo para que todos os secretários estivessem atentos às necessidades da população e buscassem soluções efetivas, o controlador-geral do município comunicou ao prefeito sobre a realização de uma reunião, a fim de levar ao conhecimento de todos os demandantes de recursos que existem normativos e leis que exigem parcimônia nos gastos públicos. O prefeito compreendeu os argumentos que lhe foram apresentados e convocou uma reunião, a fim de esclarecer aos secretários a necessidade de se atentar para aspectos técnicos e legais da interdependência entre receita pública e despesa pública. São argumentos que podem ter sido usados pelo controlador-geral, EXCETO:

- A) A arrecadação de receitas públicas não é instrumento condicionante da execução orçamentária e financeira da despesa. Contudo, gastar mais do que se arrecada não é salutar.
- B) É necessário, ao se pensar em políticas públicas, realizar análises acerca da carga tributária suportada pelos diversos segmentos da sociedade, o que possibilita uma avaliação da programação da despesa pública e do equilíbrio fiscal das contas públicas.
- C) A relação entre a receita pública e a despesa pública é fundamental para o processo orçamentário, visto que a previsão da receita dimensiona a capacidade governamental em autorizar a despesa, entendendo a receita orçamentária como o mecanismo de financiamento do Estado.
- D) O conhecimento dos aspectos relacionados à receita e à despesa no âmbito do setor público, principalmente diante da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é de suma importância, pois contribui para a transparência das contas públicas e para o fornecimento de informações de melhor qualidade aos diversos interessados.
- E) É importante, face a aspectos legais específicos, como a distribuição e a destinação da receita entre as esferas governamentais e o cumprimento dos limites legais para a realização de despesas, que, antes de solicitar recursos, seja verificada a disponibilidade orçamentária, frente ao contido na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente.

Questão 11

“A classificação _____ reflete as estruturas organizacional e administrativa e compreende dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária. As dotações orçamentárias, especificadas por categoria de programação em seu menor nível, são consignadas às unidades orçamentárias, que são as responsáveis pela realização das ações. Órgão orçamentário é o agrupamento de unidades orçamentárias. O código da classificação desta classificação da despesa é composto de cinco dígitos, sendo os dois primeiros reservados à identificação do órgão orçamentário e os demais à unidade orçamentária.” Assinale a classificação da despesa pública orçamentária que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) funcional
- B) institucional
- C) por natureza
- D) programática
- E) por categoria econômica

Questão 12

Sobre as emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária (LOA), analise as afirmativas a seguir.

- I. As emendas parlamentares ao orçamento podem acrescentar, suprimir ou modificar quaisquer rubricas contidas no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) enviado pelo Poder Executivo.
- II. O Poder Executivo não é obrigado a dar cumprimento a todas as emendas parlamentares. Contudo, as emendas individuais e as emendas de bancada, que possuem limitações percentuais legalmente estabelecidas em função do montante da Receita Corrente Líquida (RCL), têm execução orçamentária e financeira obrigatórias.
- III. Emenda parlamentar é um instrumento que o Poder Legislativo pode utilizar exclusivamente na fase de execução orçamentária para influenciar no resultado da aplicação dos recursos públicos arrecadados.
- IV. Por meio das emendas parlamentares, os membros do Poder Legislativo podem determinar como será a alocação de todas as receitas públicas em função de compromissos políticos que assumiram.
- V. O Legislativo busca aprimorar a proposta orçamentária que vem do Poder Executivo e assegurar o investimento desses recursos no interesse da população por meio de emendas parlamentares.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e V.
- D) IV e V.
- E) III e IV.



Questão 13

Dentre as atribuições do controlador-geral do município está a de avaliar o cumprimento das metas previstas nos instrumentos municipais de planejamento. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um desses instrumentos e foi instituída com a finalidade de criar um elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A respeito dos objetivos, da estrutura, do embasamento legal e do conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Definir metas e prioridades da Administração Pública.
- B) Estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, é uma das finalidades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- C) Orientar a elaboração do Plano Plurianual (PPA), tendo em vista estabelecer os prazos e os limites das propostas orçamentárias dos poderes do ente federativo a que se refere é objetivo da LDO.
- D) Tendo em vista a complexidade das informações e das decisões que envolvem o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), quando do processo de sua elaboração, deve se ter por objetivo aprimorar as regras do processo orçamentário.
- E) É objetivo da LDO esclarecer o significado e a extensão do orçamento impositivo e indicar a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a continuidade dos investimentos em andamento.

Questão 14

Em relação à transparência no setor público, assinale a afirmativa correta.

- A) Deve servir de fonte para fiscalização por parte dos agentes interessados.
- B) É importantíssima por si só, sendo uma maneira de informar a todos os cidadãos das ações do Governo.
- C) Facilita a atuação do cidadão no controle social com vistas ao interesse da coletividade, sem um interesse individual imediato.
- D) Possibilita que partes da sociedade se organizem em observatórios, associações e outras organizações, de forma a utilizar os dados disponibilizados pelas ações de transparência do poder público.
- E) Considerando a evolução tecnológica, pode ser instrumentada por meio de rede de computadores com acesso à *internet* e por meio de sítios oficiais das próprias organizações, mas não pode utilizar meios de comunicação de massa, a exemplo de aplicativos de *smartphones*.

Questão 15

Sobre a classificação das receitas públicas por categorias econômicas, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Classificam-se como receitas correntes, dentre outras, as receitas provenientes da exploração do patrimônio estatal (patrimonial).
- B) As receitas provenientes da exploração, pelo Estado, de atividades econômicas (agropecuária, industrial e de serviços) devem ser classificadas como receitas orçamentárias de capital.
- C) Receitas orçamentárias de capital não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e, por isso, não há possibilidade de serem usadas para pagamento de despesas públicas.
- D) Receitas orçamentárias correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.
- E) Receitas de capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLES INTERNO E EXTERNO

Questão 16

No encerramento do exercício de 2024, a Cia. Vento Norte incorreu em uma falha contábil que afetou exclusivamente a Demonstração do Resultado Abrangente: a empresa não reconheceu a mensuração a valor justo de instrumentos financeiros classificados como “outros resultados abrangentes”, o que distorceu o resultado abrangente do período, sem impactar as demais demonstrações contábeis. O auditor independente concluiu que a distorção é relevante, porém restrita a essa demonstração específica. De acordo com a NBC TA 705, ao emitir seu relatório sobre as Demonstrações Contábeis da Cia. Vento Norte, o auditor expressará uma opinião do tipo:

- A) Não modificada, pois a distorção não é relevante e está limitada a uma única demonstração contábil.
- B) Não modificada, com parágrafo de ênfase, para destacar a distorção localizada sem modificar a opinião.
- C) Modificada, com parecer adverso, pois a distorção é relevante e generalizada por afetar o resultado abrangente.
- D) Modificada, com abstenção de opinião, pois a limitação de escopo impede a obtenção de evidência suficiente sobre o valor justo.
- E) Modificada, com ressalva, pois a distorção é relevante, mas seus efeitos não são generalizados sobre as demonstrações contábeis como um todo.



Questão 17

O setor de controle interno da prefeitura de um município brasileiro foi chamado a se manifestar em um caso ocorrido na secretaria de saúde. Em 25/08/2025, o secretário da pasta autorizou a concessão de adiantamento ao diretor farmacêutico, para aquisição de medicamentos não usualmente adquiridos através de processo licitatório, no valor de R\$ 8.000,00, cujo saldo remanescente, se houver, deve ser devolvido em 31/12/2025. O departamento de contabilidade efetuou o empenho, e a tesouraria pagou o valor ao agente suprido, antes da liquidação, alegando que este deve ocorrer somente quando os valores forem efetivamente aplicados. Do valor recebido, R\$ 5.000,00 foram utilizados para aquisição de ansiolíticos, e o restante, devolvido em 31/12, foi registrado como receita orçamentária. Assinale, a seguir, a alternativa que representa a correta conclusão a que deve chegar o controlador após a análise do caso.

- A) A única irregularidade no caso foi o registro contábil da restituição, que deveria ter sido feito como receita extraorçamentária (ingresso de disponibilidade), e não como receita orçamentária.
- B) A autorização do adiantamento é irregular, pois a Lei nº 8.666/1993 veda o suprimento de fundos para aquisição de bens que possam ser objeto de licitação, independentemente da rotina de compra do órgão.
- C) O procedimento está em conformidade, pois o suprimento de fundos é uma forma especial de desembolso que prescinde da etapa de liquidação prévia, e os valores não utilizados devem, de fato, ser registrados como receita.
- D) Houve duas irregularidades: a primeira, pelo pagamento antes da liquidação, violando a ordem sequencial das etapas da despesa; e a segunda, pelo registro da devolução como receita, quando o correto seria a anulação parcial do empenho.
- E) A tesouraria agiu corretamente, uma vez que, em se tratando de suprimento de fundos, o pagamento antecede a liquidação, e o registro da devolução como receita orçamentária é o tratamento previsto para o encerramento do exercício financeiro.

Questão 18

De acordo com a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, analise as afirmativas a seguir.

- I. É dever dos órgãos e entidades públicas divulgar, em seus sítios oficiais na *internet*, informações como a estrutura organizacional, os registros de despesas, os editais e resultados de licitações, bem como os contratos celebrados.
- II. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, sendo vedada a cobrança de valores, mesmo que seja para ressarcimento de custos de reprodução de documentos.
- III. Informações pessoais relativas à intimidade e à vida privada terão seu acesso restrito por até cem anos, podendo ser divulgadas a terceiros mediante consentimento expresso da pessoa a que se referirem.
- IV. A classificação de um documento no grau de sigilo “reservado” implica restrição de acesso ao seu conteúdo por um prazo máximo de dez anos.
- V. Qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso a informações, sendo vedada a exigência de que o requerente informe os motivos determinantes da solicitação, quando se tratar de informações de interesse público.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e V.
- B) I, III e V.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.
- E) III, IV e V.

Questão 19

Consagrando o Princípio da Exclusividade, o § 8º, do art. 165, da Constituição Federal de 1988, determina que é vedada a inclusão, no Projeto de Lei Orçamentária Anual, de matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, com o fim de evitar a inserção dos chamados “jabutis”, na tentativa de se aproveitar do trâmite mais célere das leis orçamentárias. O Princípio, contudo, admite uma EXCEÇÃO; assinale-a.

- A) Autorização para contratação de pessoal por tempo determinado, visando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- B) Autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- C) Previsão da realização de concurso público e da criação de cargos públicos, quando vinculada à execução de programas prioritários constantes do Plano Plurianual.
- D) Inclusão de disposições sobre o regime jurídico dos contratos administrativos, especialmente no que tange às hipóteses de prorrogação, para assegurar a continuidade de obras e serviços.
- E) Possibilidade de inclusão de normas relativas à estruturação de carreiras e à concessão de benefícios ao servidor público, desde que relacionados ao impacto financeiro da despesa de pessoal.



Questão 20

De acordo com o Modelo das Três Linhas do IIA (2020), sobre os papéis e princípios do modelo, analise as afirmativas a seguir.

- I. A auditoria interna (terceira linha) deve ser completamente independente da gestão, mas pode assumir temporariamente funções de segunda linha, como a gestão de riscos corporativos, desde que autorizada pelo órgão de governança.
- II. O órgão de governança é responsável por delegar recursos e responsabilidades à gestão, estabelecer e supervisionar a auditoria interna, e assegurar o alinhamento das atividades com os interesses dos *stakeholders*.
- III. Os papéis de primeira e segunda linha fazem parte da estrutura da gestão, sendo que a segunda linha fornece *expertise*, monitoramento e questionamento sobre riscos, mas a responsabilidade final pelo gerenciamento de riscos permanece com a primeira linha.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 21

Considere, hipoteticamente, que o município de Venda Nova do Imigrante firmou contrato administrativo com determinada empresa para execução de obra pública de pavimentação. No curso da execução contratual, a Administração verificou que a continuidade da obra, nos moldes inicialmente previstos, tornou-se inconveniente ao interesse público, em razão de mudança no planejamento urbano decorrente de nova política pública de mobilidade. Diante disso, a autoridade competente decidiu promover a rescisão unilateral do contrato, assegurando a indenização pelos prejuízos regularmente comprovados pela contratada. Considerando o regime jurídico dos contratos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) A rescisão unilateral implica, necessariamente, a aplicação de penalidade à contratada, independentemente de sua conduta.
- B) A rescisão unilateral somente seria possível mediante autorização judicial, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- C) A Administração somente pode rescindir unilateralmente o contrato em caso de inadimplemento contratual da empresa contratada.
- D) A rescisão unilateral, por razões de interesse público, é vedada, sendo necessária a concordância da contratada para a extinção do vínculo.
- E) A Administração pode rescindir unilateralmente o contrato por razões de interesse público, desde que devidamente motivadas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Questão 22

O município Alfa é proprietário de imóvel urbano onde funcionava antiga biblioteca pública municipal. Há dois anos, as atividades foram transferidas para novo prédio. Posteriormente, foi editada lei municipal expressamente declarando o imóvel “desafetado da finalidade pública originária”, autorizando sua alienação mediante prévia avaliação e licitação. Enquanto não concluído o procedimento licitatório, o imóvel permanece desocupado e sem utilização administrativa. À luz da disciplina jurídica dos bens públicos, o imóvel, atualmente, deve ser classificado como bem:

- A) Dominical.
- B) De uso especial.
- C) De uso comum do povo.
- D) Público de uso institucional permanente.
- E) Público de natureza híbrida, ainda afetado parcialmente à finalidade pública.



Questão 23

No âmbito do Poder Executivo do município fictício Gama, foi editada a Lei Municipal nº 1.245/2024, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e autoriza o chefe do Executivo a regulamentar o funcionamento de atividades econômicas situadas em área tombada. Com fundamento nessa normativa, o prefeito expediu decreto regulamentar estabelecendo critérios técnicos para funcionamento de estabelecimentos comerciais na região histórica, fixando limites de horário e exigências estruturais. Com base no decreto, considere que:

- A secretária municipal de planejamento instaurou procedimento administrativo e aplicou sanção de interdição temporária a determinado estabelecimento, sob fundamento de inadequação estrutural; e
- O prefeito avocou processo disciplinar contra servidor da fiscalização urbana e aplicou diretamente penalidade de suspensão.

O comerciante impetrou mandado de segurança alegando que:

- I. O decreto teria extrapolado os limites do poder regulamentar;
- II. A interdição foi aplicada com desvio de finalidade; e
- III. Inexistiam os pressupostos fáticos indicados na motivação do ato.

A autoridade coatora, em suas informações, sustentou que o ato envolvia juízo discricionário insuscetível de revisão judicial quanto ao mérito administrativo. À luz da teoria dos poderes administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) A avocação de processo disciplinar é sempre vedada, pois compromete a imparcialidade administrativa.
- B) A discricionariedade administrativa impede o controle judicial da proporcionalidade da sanção aplicada.
- C) O poder regulamentar autoriza o chefe do Executivo a inovar primariamente na ordem jurídica, desde que haja autorização genérica em lei.
- D) O mérito administrativo é absolutamente insuscetível de controle jurisdicional, ainda que haja alegação de desvio de finalidade ou inexistência dos pressupostos fáticos do ato.
- E) A interdição constitui exercício do poder de polícia e admite controle judicial quanto à legalidade, inclusive para aferição da veracidade dos motivos e eventual desvio de finalidade.

Questão 24

O Estado Aurora editou a Lei Estadual nº 1.234/2025, promovendo ampla reformulação do sistema de transporte intermunicipal de passageiros. A nova disciplina normativa redefiniu rotas, critérios operacionais e modelo de delegação do serviço, determinando a extinção imediata das permissões que não se adequassem ao novo regime jurídico, sem previsão de período de transição ou indenização prévia. A empresa TransVértice Mobilidade Ltda., que explorava regularmente o serviço há mais de quinze anos mediante permissão expedida pelo Poder Executivo estadual, foi diretamente atingida pela nova legislação. Em razão da entrada em vigor da normativa, a empresa:

- Teve sua permissão encerrada de forma imediata;
- Interrompeu contratos privados vinculados à operação do serviço;
- Promoveu dispensa de empregados; e
- Permaneceu com frota recentemente adquirida e financiada, destinada exclusivamente à atividade delegada.

A empresa ajuizou ação indenizatória sustentando que, embora a lei seja formal e materialmente válida, sua aplicação produziu danos específicos e anormais, não suportados pela coletividade em geral. À luz do regime constitucional da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

- A) A indenização somente seria cabível se demonstrada culpa subjetiva do legislador na edição da norma.
- B) A edição de lei em sentido formal afasta qualquer dever de indenizar, ainda que haja prejuízo comprovado.
- C) A responsabilidade civil do Estado por ato legislativo somente é admitida quando declarada a inconstitucionalidade da lei pelo Poder Judiciário.
- D) O Estado não pode ser responsabilizado por danos decorrentes de ato legislativo válido, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.
- E) É possível a responsabilização do Estado por ato legislativo formalmente válido quando este produzir danos específicos e anormais a determinado administrado, com fundamento na teoria do risco administrativo.



Questão 25

O município fictício Delta pretende contratar solução tecnológica para modernização da gestão da iluminação pública, com implementação de infraestrutura inteligente capaz de:

- Integrar sensores urbanos;
- Permitir coleta e tratamento massivo de dados em tempo real;
- Operar com algoritmos de aprendizado de máquina; e
- Possibilitar futura expansão para outras funcionalidades de cidade inteligente.

Estudos técnicos preliminares concluíram que:

- Existem diversas soluções tecnológicas no mercado, estruturadas sob arquiteturas distintas;
- Não é possível definir previamente, com precisão técnica suficiente, qual modelo atenderá de forma mais eficiente às necessidades municipais; e
- A modelagem final da contratação dependerá da identificação da alternativa mais adequada dentre as existentes.

Considerando o regime jurídico das modalidades licitatórias, previsto na Lei nº 14.133/2021, trata-se da modalidade mais adequada ao caso:

- A) Leilão, por permitir ampla competitividade entre interessados.
- B) Concurso, por envolver solução técnica especializada e inovadora.
- C) Concorrência, por ser modalidade aplicável a qualquer contratação de grande vulto.
- D) Pregão, por se tratar de contratação de serviço comum, independentemente da complexidade tecnológica envolvida.
- E) Diálogo competitivo, por se tratar de contratação em que a Administração não consegue definir previamente a solução técnica mais adequada.

Questão 26

O estado Boreal editou a Lei Complementar nº 78/2025, criando o Instituto Estadual de Regulação Logística (IERL), atribuindo-lhe personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, bem como competência para regular, fiscalizar e aplicar sanções no setor de transporte intermunicipal de cargas. A referida normativa dispôs expressamente que:

- O IERL integra a Administração Pública indireta do estado;
- Estará vinculado à secretaria estadual de infraestrutura exclusivamente para fins de controle finalístico;
- Seus atos administrativos sancionatórios são passíveis apenas de impugnação interna no âmbito da própria entidade; e
- Não há previsão de recurso hierárquico impróprio ou qualquer mecanismo de revisão administrativa de seus atos pela secretaria.

Após a aplicação de multa a determinada empresa concessionária, o secretário estadual de infraestrutura, discordando da penalidade imposta, expediu despacho estabelecendo, de ofício, a revogação do ato sancionatório praticado pelo presidente do IERL. À luz da teoria da organização administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) A autonomia administrativa da entidade impede qualquer forma de controle pelo Poder Executivo estadual.
- B) O IERL integra a Administração Direta, razão pela qual seus atos estão sujeitos à hierarquia plena da secretaria.
- C) A vinculação para fins de controle finalístico autoriza o secretário a rever e revogar atos administrativos praticados pela entidade.
- D) A criação do IERL configura hipótese de desconcentração administrativa, sendo legítima a revisão direta de seus atos pela secretaria.
- E) A instituição do IERL caracteriza descentralização administrativa por outorga, inexistindo subordinação hierárquica que permita a revogação direta de seus atos pela secretaria.

Questão 27

O prefeito do município fictício Ômicron editou decreto determinando a interdição imediata de um estabelecimento comercial, sob fundamento de risco iminente à saúde pública. O ato foi praticado com base em relatório técnico elaborado por servidor da vigilância sanitária. Posteriormente, constatou-se que:

- I. O decreto foi assinado pelo secretário municipal de Governo, sem delegação formal de competência;
- II. O relatório técnico que embasou a decisão continha erro material quanto ao endereço do estabelecimento; e
- III. Havia lei municipal prevendo que a interdição poderia ser determinada pela autoridade sanitária competente, mediante regular processo administrativo.

Diante da situação, o novo prefeito determinou a anulação do decreto, sob fundamento de vício de competência. Considerando a teoria dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) O vício de competência torna o ato inexistente, não admitindo convalidação em nenhuma hipótese.
- B) A anulação promovida pelo novo prefeito configura revogação por motivo de conveniência e oportunidade.
- C) O erro material constante do relatório técnico implica nulidade absoluta do ato, ainda que não tenha influenciado o seu conteúdo decisório.
- D) O vício de competência é, em regra, sanável, desde que não se trate de competência exclusiva, sendo possível a convalidação pela autoridade competente.
- E) A motivação do ato administrativo vincula o Judiciário à análise exclusiva da legalidade formal, vedado qualquer controle sobre os fundamentos fáticos.

Questão 28

O município Luminária realizou ampla campanha institucional para divulgação de programa municipal de pavimentação urbana. As peças publicitárias foram custeadas integralmente com recursos públicos e veiculadas em rádio, televisão e redes sociais oficiais. O material de divulgação continha:

- Imagens do prefeito em destaque;
- Menção expressa ao *slogan* de campanha eleitoral anteriormente utilizado por ele;
- Frases como “Compromisso cumprido por quem faz acontecer”; e
- Assinatura pessoal do chefe do Executivo ao final de cada vídeo institucional.

O programa de pavimentação encontra-se regularmente previsto no Plano Plurianual e foi executado conforme dotação orçamentária aprovada. Sabe-se que o Ministério Público instaurou procedimento para apurar eventual violação a princípios constitucionais da Administração Pública. À luz do regime constitucional aplicável, assinale a afirmativa correta.

- A) A existência de previsão orçamentária afasta qualquer irregularidade na divulgação institucional.
- B) A promoção de autoridade pública em campanha institucional somente seria ilícita se comprovado desvio de recursos.
- C) A utilização de *slogan* pessoal não compromete a validade da publicidade, pois decorre da liberdade de expressão do agente político.
- D) A inserção da imagem e de elementos associados à campanha eleitoral do prefeito caracteriza afronta ao princípio da impessoalidade.
- E) A utilização das imagens e do *slogan* eleitoral é considerada praxe administrativa e, por isso, não fere qualquer princípio do direito administrativo.

Questão 29

O município fictício Ômega é proprietário de imóvel onde funcionava um antigo hospital público municipal. Após a construção de nova unidade hospitalar, o prédio foi desocupado, permanecendo formalmente vinculado à secretaria municipal de saúde, sem que tenha sido editada lei promovendo sua desafetação. Visando fomentar o desenvolvimento econômico local, o prefeito encaminhou projeto de lei à Câmara Municipal, autorizando a concessão de direito real de uso do imóvel, pelo prazo de vinte e cinco anos, à empresa privada para instalação de centro empresarial. A lei foi regularmente aprovada. Em seguida, o chefe do Executivo celebrou o contrato diretamente com a empresa previamente interessada, sem realização de licitação, sob o argumento de que a autorização legislativa supriria tal exigência. O Tribunal de Contas instaurou procedimento para apurar a regularidade do ato. À luz do regime jurídico dos bens públicos e, ainda, da disciplina da Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- A) A aprovação da lei autorizativa é suficiente para legitimar a concessão de direito real de uso, sendo dispensável licitação.
- B) A formal aprovação da lei implica automática desafetação do bem, ainda que não haja menção expressa à alteração de sua natureza jurídica.
- C) A concessão de direito real de uso, por envolver transferência da posse qualificada do bem público, equipara-se à alienação, exigindo licitação na modalidade leilão.
- D) Enquanto o bem permanecer formalmente vinculado à secretaria municipal de saúde, é juridicamente impossível sua destinação econômica a particular, ainda que haja lei autorizativa.
- E) A concessão de direito real de uso de bem público depende de autorização legislativa e, como regra, de prévia licitação, não sendo esta dispensada pela simples existência de lei autorizativa.

Questão 30

O município Atlântida, por meio da secretaria municipal de meio ambiente, editou Portaria determinando a interdição imediata de estabelecimento industrial que operava sem a renovação de licença ambiental vencida há seis meses. A decisão foi fundamentada em relatório técnico que constatou:

- Emissão de poluentes acima dos limites regulamentares;
- Ausência de requerimento formal de renovação da licença; e
- Risco potencial à saúde pública.

No mesmo ato, a autoridade administrativa aplicou multa administrativa e determinou a apreensão temporária de equipamentos utilizados na atividade irregular. A empresa impetrou mandado de segurança alegando:

- Inexistência de processo administrativo prévio;
- Desproporcionalidade das medidas adotadas; e
- Violação ao princípio da livre iniciativa.

À luz da teoria dos poderes administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) A aplicação de multa administrativa exige decisão judicial transitada em julgado.
- B) A ausência de renovação da licença não autoriza atuação administrativa sem prévia autorização do Poder Judiciário.
- C) A interdição do estabelecimento constitui exercício do poder disciplinar, pois envolve imposição de sanção administrativa.
- D) A apreensão de equipamentos caracteriza abuso de poder por excesso, sendo vedada em qualquer hipótese sem ordem judicial.
- E) A atuação da Administração configura exercício do poder de polícia, admitindo medidas preventivas e repressivas, desde que observados os limites legais e a proporcionalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 31

Uma sentença estrangeira foi homologada no Brasil, e uma carta rogatória recebeu exequatur. Discute-se qual o órgão competente para a execução após essas decisões. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale-o.

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Superior Tribunal de Justiça.
- C) Tribunal de Justiça do Estado.
- D) Justiça Federal de primeiro grau.
- E) Justiça Estadual de primeiro grau, de forma delegada.



Questão 32

Diante do acúmulo de matérias pendentes no Congresso Nacional, o Presidente da República solicitou delegação legislativa para disciplinar temas relacionados à reorganização da carreira do Ministério Público da União, à regulamentação de direitos políticos e à reestruturação administrativa de órgãos do Poder Executivo. O Congresso Nacional aprovou resolução concedendo delegação ampla, sem delimitação precisa do conteúdo. A resolução ainda previu que o texto da lei delegada seria posteriormente submetido à apreciação parlamentar, com possibilidade de apresentação de emendas. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) Pode ser objeto de delegação matéria relativa a direito penal.
- B) A lei delegada poderia versar sobre planos plurianuais e diretrizes orçamentárias, desde que a delegação fosse expressamente limitada no tempo.
- C) A delegação poderia abranger organização do Ministério Público e direitos políticos, desde que aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional.
- D) A resolução pode conceder delegação genérica ao Presidente, sendo possível a apresentação de emendas ao texto da lei delegada durante a votação final.
- E) Todas as matérias mencionadas poderiam ser objeto de delegação, pois a delegação transfere ao Presidente competência legislativa plena durante sua vigência.

Questão 33

Em relação à organização político-administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei Orgânica do Município será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- II. O subsídio dos vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais, observados os limites constitucionais proporcionais ao subsídio dos Deputados Estaduais, podendo alcançar até setenta e cinco por cento deste, conforme a população do município.
- III. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas do prefeito somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- IV. É inconstitucional lei municipal que concede gratuidade a idosos nas salas de cinema, de segunda a sexta-feira.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 34

O município Alfa contratou a empresa *BetaTech* para realizar o tratamento de dados pessoais dos usuários do sistema municipal de saúde. Durante a execução do contrato, ocorreu vazamento de dados pessoais sensíveis, incluindo informações médicas, em razão da ausência de medidas técnicas adequadas de segurança. O incidente não foi comunicado imediatamente aos titulares nem à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). À luz da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a afirmativa correta.

- A) A responsabilização dos agentes de tratamento exige prova de culpa, sendo afastada quando houver atuação de terceiro (*hacker*).
- B) O operador somente responderá solidariamente se demonstrado que agiu em desacordo com instruções ilícitas do controlador, sendo excluída sua responsabilidade, caso tenha seguido instruções formais.
- C) A responsabilidade civil do controlador somente se configura se comprovada sua participação direta no vazamento, não sendo possível sua responsabilização por omissão no dever de fiscalização contratual.
- D) A comunicação do incidente à ANPD é obrigatória apenas quando houver certeza de dano efetivo e irreversível aos titulares, sendo dispensável quando parte dos dados estiver protegida por mecanismos de segurança.
- E) Controlador e operador poderão responder solidariamente se diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos, sendo possível a inversão do ônus da prova e assegurado direito de regresso proporcional.



Questão 35

À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do Poder Executivo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete privativamente ao Presidente da República nomear os diretores do Banco Central e outros servidores, após aprovação pelo Senado Federal.
- II. É inconstitucional decreto presidencial que extinga cargos e funções públicas que estejam ocupados na data de sua edição.
- III. Compete privativamente ao Presidente da República celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Senado Federal.
- IV. O Presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a extinção de cargos públicos, ainda que providos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 36

Marta, servidora estável da prefeitura de Venda Nova do Imigrante, investiu em sua formação profissional e cursou duas pós-graduações *lato sensu*. Concluídos os cursos, ela estudou o Estatuto dos Servidores Públicos municipais – Lei Complementar nº 1.658/2024, para se inteirar da possibilidade de obter o denominado “adicional por titulação”. Sobre esse benefício, assinale a afirmativa correta.

- A) O valor percebido por Marta em razão da conclusão das pós-graduações é um adicional; logo, não incorporado aos proventos da servidora.
- B) Se cada pós-graduação tiver duração mínima de trezentos e sessenta horas, Marta terá direito a adicional por titulação de dez por cento por curso.
- C) A lei prevê o pagamento de adicional por titulação e, cumpridos os requisitos legais, Marta fará jus à aplicação de quinze por cento sobre seu vencimento.
- D) O Estatuto prevê o adicional, incentivando a qualificação do servidor em qualquer área do conhecimento para a obtenção dos valores percentuais sobre seus proventos.
- E) A Lei Complementar nº 1.658/2024, visando motivar o servidor desde o início dos serviços públicos prestados ao município, garante o adicional por titulação ao servidor não estável, desde que esteja no efetivo exercício do cargo.

Questão 37

No exercício de suas funções, o servidor público municipal deve observar deveres e proibições. Considerando que um servidor cometeu uma infração disciplinar passível de suspensão e, ainda, nos termos da Lei Complementar nº 1.658/2024 do município de Venda Nova do Imigrante, sobre as normas e consequências para o servidor relativas a essa penalidade disciplinar, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A suspensão perdurará no máximo por noventa dias.
- B) Não há previsão no Estatuto para a conversão da suspensão em outra penalidade ou medida, devendo o servidor cumprir o afastamento.
- C) No caso de infração sujeita à penalidade de suspensão, ao servidor ocupante de função de confiança poderá ser aplicada a destituição da mesma.
- D) Se no decurso de quatro anos de efetivo exercício o servidor não praticar nova infração disciplinar, a suspensão anteriormente aplicada terá seu registro desconsiderado para fins de reincidência.
- E) Se a Administração entender conveniente, a penalidade poderá ser convertida em multa na base de cinquenta por cento por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Questão 38

A Lei Orgânica de do Município Venda Nova do Imigrante estabelece princípios fundamentais da Administração Pública municipal. Além dos princípios explícitos na Constituição Federal, a legislação municipal e o dever de transparência impõem algumas regras, sobre as quais é **INCORRETO** afirmar que:

- A) São do domínio público as informações relativas aos gastos com a publicidade dos órgãos públicos.
- B) Na publicidade dos atos municipais, excepcionalmente, será permitido o caráter de promoção pessoal se restar comprovado seu custeio com recursos próprios do agente.
- C) Deverá ser dada publicidade ao estudo prévio do relatório de impacto ambiental, nos casos de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.
- D) O poder público municipal, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro, dará publicidade às isenções ou reduções de impostos incidentes sobre bens e serviços.
- E) A publicidade dos programas municipais deverá ter caráter informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades.

Questão 39

A respeito dos bens públicos municipais de Venda Nova do Imigrante, considere que o prefeito pretenda alienar um bem imóvel da Administração que não está mais sendo utilizado. De acordo com as normas gerais da Lei Orgânica do município sobre a administração dos bens municipais, para que essa alienação seja lícita, é obrigatório que haja, **EXCETO**:

- A) Interesse público relevante.
- B) Processo de licitação pública.
- C) Autorização legislativa para o fim.
- D) Avaliação do bem em caso de doação.
- E) Aprovação por referendo popular, caso o valor do bem exceda a dez por cento do orçamento anual.

Questão 40

A Lei Complementar nº 1.657/2024 trata da “capacitação do servidor público” da prefeitura de Venda Nova do Imigrante, estabelecendo diretrizes para o seu aperfeiçoamento contínuo. Sobre as regras e objetivos desse programa de capacitação, assinale a afirmativa correta.

- A) As chefias de todos os níveis hierárquicos têm o dever de participar dos programas de treinamento, inclusive, desempenhando atividades de instrutor dentro dos programas aprovados.
- B) Os cursos de capacitação devem ter caráter predominantemente teórico e acadêmico, e serão ministrados exclusivamente por instituições especializadas visando à excelência de resultados.
- C) A elaboração dos programas de capacitação deve ocorrer semestralmente, sob coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, a fim de garantir a previsão de recursos na proposta orçamentária.
- D) A capacitação de aperfeiçoamento é aquela destinada a preparar o servidor para o exercício de novas funções, especificamente quando a tecnologia absorver ou tornar obsoletas as atividades que vinha exercendo até o momento.
- E) As atividades de desenvolvimento em serviço, como reuniões de estudo e rodízio de funções, serão desenvolvidas diretamente pelas chefias imediatas apenas quando não houver programa de capacitação oficial estabelecido pela Administração.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de um estudo de caso, que será avaliado em trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva deverá: a) ter extensão mínima de dez linhas e máxima de vinte linhas; e b) atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	25 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequência do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 5 pontos. 2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

No exercício do controle interno, o Controlador-Geral do Município recebeu processo administrativo após o início da execução de parcelamento referente à restituição de valores pagos indevidamente. O servidor aposentado Samuel, de 70 anos, recebeu indevidamente R\$ 190 mil. O Instituto de Previdência autorizou desconto mensal de R\$ 300,00 sobre proventos de R\$ 15 mil, o que resultaria na quitação do débito em, aproximadamente, 52 anos. Após a concessão do parcelamento, o Procurador-Geral do Município emitiu parecer afirmando que, embora a dívida fosse “impagável” diante da limitação legal de descontos em folha, a solução adotada estaria amparada na legislação, considerando a condição de idoso do servidor, a natureza alimentar da verba, a boa-fé do beneficiário e a observância aos princípios constitucionais. Cogita-se a responsabilidade do parecerista por ato de improbidade administrativa, diante do possível perdão indireto da dívida. Com fundamento na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), analise, de forma fundamentada, o dever de atuação do Controlador no caso concreto, examinando:

- i) Função constitucional do controle interno;
- ii) Dever de comunicação aos órgãos competentes; e
- iii) Possibilidade de responsabilização por improbidade administrativa do parecerista.



PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO



